



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí

## **Seleção Pública para o Programa de Residência Jurídica no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE-PI**

# **Residência Jurídica**

### **Informações Gerais**

- Este caderno é composto de DOZE PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões objetivas e DUAS questões discursivas.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

### **Instruções**

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão de respostas.

### **Caderno de Questões**

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer toda a prova, inclusive responder às questões discursivas e preencher o cartão de respostas será de QUATRO HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão de respostas, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o(a) candidato(a) que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o(a) candidato(a) que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O(A) candidato(a) que desejar levar este caderno SOMENTE poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.

## QUESTÕES OBJETIVAS

1. A diferença entre poder constituinte e poder constituído, sendo aquele exercido pela nação, por através de representantes para tanto investidos, é devida a:
  - A) Emmanuel-Joseph Sieyès, na obra "O que é o Terceiro Estado?".
  - B) Montesquieu, na obra "O espírito das leis".
  - C) Jean-Jacques Rousseau, na obra "Do contrato social".
  - D) Alexis de Tocqueville, na obra "A democracia na América".
  - E) Aristóteles, na obra "A política".
  
2. Sobre os remédios constitucionais, assinale a opção **CORRETA**:
  - A) Não são gratuitas as ações de *habeas corpus*.
  - B) Conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
  - C) Será concedido *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado por mandado de segurança ou *habeas data*, quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
  - D) Pessoa jurídica pode ajuizar ação popular.
  - E) Conforme a Constituição Federal, o mandado de injunção é remédio destinado a suprir lacuna ou ausência de regulamentação de direito previsto na CF e em norma infraconstitucional.
  
3. Em relação aos contratos administrativos, regidos pela Lei n. 8.666/93, assinale a alternativa **INCORRETA**.
  - A) As normas públicas são as diretrizes dos contratos administrativos, entretanto, havendo lacuna na lei de direito público, serão aplicadas subsidiariamente, supletivamente, as normas de direito privado.
  - B) Constitui motivo para a rescisão unilateral do contrato o atraso superior a 60 dias dos pagamentos devidos pela Administração.
  - C) A teoria geral dos contratos, recurso de direito privado (civil), aplica-se supletivamente aos contratos administrativos.
  - D) A supressão resultante de acordo celebrado entre os contratantes sobre a redução no quantitativo do objeto poderá exceder a 25% do valor inicial atualizado do contrato.
  - E) Os contratos administrativos, regidos pela Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas, poderão ser alterados, unilateralmente, pela própria Administração, no entanto, a substituição da garantia é alteração que depende de acordo entre as partes.
  
4. O Código Civil dispõe que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração (art. 113, CC). Dentre as diretrizes interpretativas trazidas, aquela que está em desacordo com a previsão legal:
  - A) For confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio.
  - B) Corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
  - C) Corresponder à boa-fé.
  - D) For mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo.
  - E) Corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
  
5. Sobre os partidos políticos, assinale a alternativa **CORRETA**.
  - A) São impenhoráveis os recursos do Fundo Partidário.
  - B) O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.
  - C) Suspensão dos direitos políticos é causa de cancelamento imediato da filiação partidária, por expressa previsão legal.
  - D) Terão acesso ao Fundo Partidário todos as greis que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
  - E) Todas as alternativas acima estão erradas.
  
6. Acerca das medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal, assinale a assertiva **CORRETA**.
  - A) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.
  - B) O sequestro poderá ainda ser embargado: pelo acusado, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração; pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé. Não poderá ser pronunciada decisão nesses embargos antes de passar em julgado a sentença condenatória.
  - C) O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. Neste caso, o leilão far-se-á preferencialmente presencial.
  - D) O arresto do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 10 (dez) dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal.
  - E) Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz, somente a requerimento do interessado ou do ministério público, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público cujo perdimento tenha sido decretado.
  
7. Sobre a aplicação e a dosimetria da pena, assinale a alternativa **INCORRETA**.
  - A) O Código Penal Brasileiro adotou o modelo trifásico de Nelson Hungria na aplicação da pena privativa de liberdade, ou seja, a pena-base será fixada conforme a análise das circunstâncias judiciais, em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento.
  - B) De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a fração de aumento a ser aplicada a título de continuidade delitiva deve ser proporcional à gravidade dos crimes.
  - C) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
  - D) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
  - E) Havendo diversas condenações anteriores com trânsito em julgado, uma delas pode ser considerada como maus antecedentes e a outra como reincidência.

**8. Assinale a assertiva INCORRETA:**

- A) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes;
- B) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será anulável, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;
- C) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz apenas para os que não foram citados;
- D) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo;
- E) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

**9. Analise e julgue os itens abaixo.**

- I. O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder a 2 (dois) anos quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente; ou quando tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.
- II. Durante a suspensão é vedado praticar quaisquer atos processuais, não sendo permitido o juiz determinar a realização de atos ainda que urgentes a fim de evitar dano irreparável.
- III. Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- IV. Caso a petição não disponha dos nomes, prenomes, estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

Aponte a alternativa que contenha os itens **CORRETOS** à luz do CPC:

- A) I e III
- B) I e IV
- C) I, II e III
- D) II e IV
- E) III e IV

**10. Está proibida durante a intervenção federal a**

- A) Decretação de Estado de Defesa.
- B) Convocação do Conselho da República.
- C) Emenda à Constituição Federal.
- D) O trânsito de forças estrangeiras pelo território nacional.
- E) A prisão cautelar de pessoas, salvo em flagrante delicto.

**11. Assinale a alternativa CORRETA acerca do regime jurídico no direito administrativo.**

- A) As entidades públicas integrantes da federação, em virtude de sua horizontalidade, não se vinculam ao regime jurídico-administrativo.
- B) Ao Poder Público é facultado celebrar acordo judicial independente de prévia autorização legislativa.
- C) O que distingue, fundamentalmente, os órgãos da Administração Direta Federal das entidades da Administração Indireta é o fato de integrarem ou não a estrutura orgânica da União Federal.
- D) A expressão "Administração Pública" pode ser empregada em dois sentidos diversos: 1) sentido orgânico (função ou atividade administrativa); 2) sentido objetivo (pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a atividade administrativa).
- E) As cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos são decorrentes do Regime Jurídico Administrativo, vez que põem a Administração Pública em posição de igualdade ao particular (contratado).

**12. Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições estabelecidas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021).**

- A) O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada da Lei n.14. 133/2021, deverá ser adequado conforme as novas regras previstas na nova legislação.
- B) Na hipótese de contratação direta indevida, ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão subsidiariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- C) É objetivo do processo licitatório o incentivo à inovação e ao desenvolvimento internacional sustentável.
- D) É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- E) É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**13. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, a caracterização do Direito Administrativo e a base de seu regime jurídico se delineiam em função da consagração de dois princípios, por ele denominados "pedras de toque": o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público. Como consequência, o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular legitima diversos institutos do direito administrativo, EXCETO:**

- A) Poder de polícia
- B) Cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos
- C) Concessão de serviço público
- D) Atributos do ato administrativo
- E) Desapropriação

**14. Julgue os itens:**

I – Caducidade é a retirada do ato administrativo pela superveniência de norma jurídica com ela incompatível.

II – Efeito prodrômico acontece antes do ato concluir seu ciclo de formação e quando depender de mais de uma manifestação de vontade.

III – Contraposição ou derrubada é a retirada do ato em razão do advento de um segundo ato que impede a produção de efeitos do primeiro.

IV – Ato composto é o ato administrativo que exige para sua formação duas manifestações de vontade, em condições de desigualdade, que acontecem em órgãos diferentes.

V – Ato complexo é o ato administrativo que para se formar exige duas manifestações de vontade, em condições de igualdade, que acontecem dentro do mesmo órgão.

São verdadeiras:

- A) I, II, IV
- B) I, II, III
- C) II, III, IV
- D) III, IV, V
- E) I, III, V

**15. Tendo por base a Lei n. 14.230/2021 que alterou a Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, julgue os itens acerca das sanções atribuídas ao agente ímprobo em cada ato:**

I – Ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

II – Ato de improbidade que causa dano ao erário: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

III – Ato de improbidade que viola os princípios da Administração: pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.

- A) Todas falsas
- B) Todas verdadeiras
- C) Apenas I e II verdadeiras
- D) Apenas II e III verdadeiras
- E) Apenas I e III verdadeiras

**16. No que tange às normas de segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, sempre que possível, se decidirá com base em valores jurídicos abstratos, sendo necessário, portanto, considerar as consequências práticas da decisão.
- B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa não indicará necessariamente suas consequências jurídicas e administrativas, cabendo ao gestor público competente, no uso de sua conveniência e oportunidade, identificá-las a atuar de modo probo para gerenciá-las.
- C) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades do gestor, devendo ser consideradas, tão somente, as demandas sociais a serem atendidas, as disposições do ordenamento jurídico e o direito dos administrados;
- D) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo determinado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- E) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

**17. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto (art. 121, CC), sendo lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes. Entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitem ao puro arbítrio de uma das partes (art. 122, CC). Nessa perspectiva, nos termos do artigo 122 do Código Civil, invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados:**

- A) As condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, apenas;
- B) As condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas e as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita, apenas;
- C) As condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita e as condições incompreensíveis ou contraditórias, apenas.
- D) As condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas e as condições incompreensíveis ou contraditórias, apenas.
- E) As condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita e as condições incompreensíveis ou contraditórias, apenas.

**18. Acerca das normas consagradas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Segundo a LINDB, se a lei for silente, a regra é a irretroatividade.
- B) Quando uma lei nova torna sem efeito parte de uma lei

- anterior ocorre a abrogação, meio comum para se retirar a vigência de uma norma jurídica.
- C) As correções de texto de lei já publicada, mesmo que ainda não tenha entrado em vigor, devem ser consideradas como lei nova.
- D) Salvo disposição em contrário, a lei nova começa a vigorar em todo o país após 40 dias de sua publicação oficial.
- E) A Lei de Introdução afasta a possibilidade de repristinação da lei anteriormente revogada, exceto apenas quando a lei revogada for declarada inconstitucional.
- 19.** Acerca do estudo dos defeitos do negócio jurídico, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- A) Os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, perceptível por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias em que o negócio for celebrado.
- B) Na sistemática do atual Código Civil é irrelevante ser ou não escusável o erro, adotando-se o princípio da confiança.
- C) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve. Se o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
- D) A coação exercida por terceiro gera a anulabilidade do negócio jurídico, em regra, respondendo, o negociante beneficiado, de forma subsidiária.
- E) A simulação pode ser alegada por terceiros que não fazem parte do negócio e também por uma parte contra a outra, sendo uma causa de nulidade.
- 20.** Conforme preconiza o Código Civil acerca dos contratos e considerando, ainda, os ditames da Lei n. 13.874/19, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) O contrato é sempre negócio jurídico bilateral ou plurilateral, mas pode ser classificado como unilateral.
- B) É lícita a criação de contratos atípicos sem previsão legal mínima, desde que observados os preceitos gerais da codificação privada.
- C) Os negócios jurídicos empresariais paritários serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial de maneira subsidiária, exceto normas de ordem pública.
- D) Nas relações contratuais privadas prevalecerão o princípio da instrução mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- E) Perempção é a perda da posse de coisa transferida, por força de sentença judicial que reconheça direito anterior de terceiro.
- 21.** No tocante aos Direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Os direitos e garantias individuais previstos no art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, têm aplicação apenas aos brasileiros.
- B) Os direitos fundamentais sociais, como o direito à saúde, por serem normas programáticas, não podem ser sindicados na via judicial.
- C) Os direitos fundamentais encontram-se em rol taxativo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.
- D) O princípio do não retrocesso social é considerado um princípio constitucional implícito.
- E) O direito à saúde é considerado um direito de primeira geração/dimensão.
- 22.** Com fundamento nas normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário, assinale a opção **CORRETA**.
- A) A Justiça Federal de primeiro grau possui competência para julgar litígio entre município e Estado estrangeiro.
- B) Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, o crime político.
- C) O CNJ tem função jurisdicional.
- D) Compete ao STF julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- E) Compete aos tribunais, somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- 23.** Sobre os remédios constitucionais, assinale a opção **CORRETA**.
- A) Não são gratuitas as ações de *habeas corpus*.
- B) Conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- C) será concedido *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado mandado de segurança ou *habeas data*, quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- D) Pessoa jurídica pode ajuizar ação popular.
- E) Conforme a Constituição Federal, o mandado de injunção é remédio destinado a suprir lacuna ou ausência de regulamentação de direito previsto na CF e em norma infraconstitucional.
- 24.** Em relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
- A) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- B) Incapacidade civil absoluta.
- C) Improbidade administrativa, nos termos disposto na própria Constituição Federal; porém, em nenhuma hipótese, poderá conduzir à perda da função pública, vez que necessário será o ajuizamento da ação penal cabível.
- D) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- E) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- 25.** No que toca à Administração Pública, designadamente ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo e as disposições aplicáveis, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do

cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

- B) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- C) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- D) Investido no mandato de Vereador, e não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo vedado optar pela sua remuneração.
- E) A hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

**26.** No que tange ao Poder Judiciário, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) São irrecuráveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* e mandado de injunção.
- B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- C) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- E) O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

**27.** Sobre a legislação eleitoral, assinale a opção **CORRETA**.

- A) A lei ou Resolução do TSE que alterar ou regulamentar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- B) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no exercício seguinte à sua publicação.
- C) A lei ou Resolução do TSE que alterar ou regulamentar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no exercício seguinte à sua publicação.
- D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- E) Todas estão corretas.

**28.** Sobre crimes eleitorais e o processo penal eleitoral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Todos os crimes eleitorais são processados por ação penal pública incondicionada, inclusive aqueles contra a honra.
- B) O prazo para apelar de sentença penal condenatória é de 10 (dez) dias.
- C) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 326-A, do Código Eleitoral (Lei n. 4.737/1965), que tipifica penalmente a divulgação de ato objeto de denúncia caluniosa para fins eleitorais.
- D) Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento

da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

- E) O eleitor corrompido pode ser sujeito ativo do crime de corrupção eleitoral, previsto no art. 299 do Código Eleitoral.

**29.** Assinale a única alternativa **CORRETA**.

I – O Código Eleitoral foi recepcionado pela Constituição Federal, em parte como lei ordinária e em parte como lei complementar.

II – As inelegibilidades podem ser de *status* constitucional ou infraconstitucional, devendo, nesta última hipótese, ser prevista em lei complementar.

III – As regras que tratam da organização e da competência da Justiça Eleitoral são matérias reservadas a lei complementar.

IV – É inconstitucional o poder normativo conferido à Justiça Eleitoral, pois isso implica em invasão da competência do Poder Legislativo.

- A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- B) Todas as assertivas estão erradas.
- C) Apenas a assertiva IV está errada.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Apenas a assertiva IV está correta.

**30.** Avalie as seguintes asserções:

I. É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

II. Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

III. O Partido Político deve ter caráter, nacional, regional ou municipal.

IV. É assegurado ao Congresso Nacional a definição da estrutura interna dos partidos políticos.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- A) I, II, III e IV
- B) I e II
- C) II e III
- D) I
- E) II

**31.** Constitui conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais:

- A) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas na Lei das Eleições.
- B) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.
- C) Ceder servidor público ou empregado da administração

direta ou indireta federal, estadual ou municipal, do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor ou empregado esteja licenciado.

- D) Nos seis meses que antecedem o pleito, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- E) Nos seis meses que antecedem o pleito, realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.
- 32.** Sobre a captação ilícita de sufrágio, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O processamento da representação por captação ilícita de sufrágio obedece o procedimento previsto no artigo 96 da Lei n. 9.504/1997.
- B) Para a caracterização da conduta ilícita, é necessário o pedido explícito de votos.
- C) A conduta ilícita deve ocorrer entre a data do registro de candidatura e o dia da eleição.
- D) A representação por captação ilícita de sufrágio poderá ser ajuizada até a data da posse.
- E) O prazo de recurso contra decisões proferidas com base no artigo 41-A, da Lei n. 9.504/1997, é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.
- 33.** Acerca do recurso contra expedição de diploma, assinale a sentença **INCORRETA**.
- A) O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.
- B) A inelegibilidade superveniente que atrai restrição à candidatura, se formulada no âmbito do processo de registro, poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.
- C) A inelegibilidade superveniente que autoriza a interposição de recurso contra expedição de diploma é aquela de índole constitucional ou, se infraconstitucional, superveniente ao registro de candidatura, e que surge até a data do pleito.
- D) O prazo de ajuizamento é de três dias após o último dia limite fixado para a diplomação.
- E) Não se qualifica como superveniente a inelegibilidade cujos elementos constitutivos se perfaçam após o dia das eleições.
- 34.** Assinale a alternativa **CORRETA** sobre os crimes contra a honra e o crime de racismo.
- A) O crime de injúria racial, diferentemente do crime de racismo, é prescritível.
- B) Diante da omissão legislativa, a homofobia e a transfobia não podem ser enquadradas como crime de racismo.
- C) A imunidade parlamentar de que gozam os deputados federais e senadores afasta a tipicidade de eventuais

condutas, em tese, ofensivas à honra, praticadas no âmbito de sua atuação político-legislativa.

- D) A não recepção pela Constituição Federal de 1988 da Lei de Imprensa (Lei n. 5. 250/1967), implicou na *abolitio criminis* dos delitos contra a honra praticados por meio da imprensa.
- E) A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, constitui injúria ou difamação punível.
- 35.** Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a tipo penal previsto na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019).
- A) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- B) Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.
- C) Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal
- D) Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente.
- E) Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito.
- 36.** O conceito analítico de crime é definido a partir dos elementos estruturais que compõe a infração penal. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Parte da doutrina adota o conceito analítico de crime como fato típico, ilícito (ou antijurídico) e culpável.
- B) A circunstância judicial da culpabilidade prevista no artigo 59 do Código Penal não se confunde com a culpabilidade que compõe o conceito analítico de crime.
- C) O estrito cumprimento do dever legal exclui a culpabilidade.
- D) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade ou de legítima defesa.
- E) A inexigibilidade de conduta diversa é causa de exclusão da culpabilidade.
- 37.** Diante das opções apresentadas, assinale a que caracteriza hipótese legal de interrupção da prescrição penal.
- A) Oferecimento da denúncia.
- B) Arquivamento do inquérito policial.
- C) Prolação da sentença condenatória.
- D) Publicação de acórdão condenatório recorrível.
- E) Surgimento de questão prejudicial ao processo penal.
- 38.** De acordo com a nova Lei de abuso de autoridade (Lei n. 13869/2019), as opções que seguem são efeitos condenatórios possíveis aos agentes delitivos, **SALVO**:
- A) Inabilitação para o exercício do cargo por período não superior a 04 anos.
- B) Perda da função pública.
- C) Inabilitação para o exercício de cargo por período de 01 a 05 anos.
- D) Obrigação de reparar o dano causado pelo crime.
- E) Perda de mandato público.

39. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente os dispositivos do seguinte diploma normativo:

- A) Constituição Federal.
- B) Consolidação da Legislação Trabalhista.
- C) Código de Processo Civil.
- D) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- E) Lei n. 64/2000.

40. Marco definidor da prevenção, para fins de definição de competência:

- A) Citação válida
- B) Despacho positivo
- C) Despacho inicial
- D) Distribuição ou registro
- E) Data da citação

41. A tutela provisória de urgência será concedida quando:

- A) Houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- B) Houver demonstração liminar do direito invocado.
- C) O réu não provoca dúvida razoável na versão autoral.
- D) Haja jurisprudência pacificada sobre o tema controvertido.
- E) Houver abuso do direito de defesa por parte do réu.

42. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

- A) Limita-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- B) Emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
- C) Invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- D) Não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

43. Analise e julgue os itens abaixo:

I – Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; ou acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; ou enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

II – Constata-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, sendo que a litispendência se configura quando se repete ação que está em curso, enquanto que coisa julgada se configura quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

III – A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência, e caso esta seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.

IV – Feita a denúncia pelo autor, o denunciado não poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

V – A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

Aponte a alternativa que contém os itens **INCORRETOS**.

- A) I e IV
- B) IV e V
- C) I, II e III
- D) II e V
- E) II, IV e V

44. Analise e julgue os itens abaixo:

I – Independem de prova os fatos notórios, os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, os admitidos no processo como incontroversos, e os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

II – Fazem a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências ou de outro livro a cargo do escrivão ou do chefe de secretaria, se extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas; os traslados e as certidões extraídas por oficial público de instrumentos ou documentos lançados em suas notas; as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório com os respectivos originais; as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade; os extratos digitais de bancos de dados públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem; e as reproduções digitalizadas de qualquer documento público ou particular, quando juntadas aos autos pelos órgãos da justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pela Defensoria Pública e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração.

III – Após a apresentação de contestação pelo réu, a parte autora não poderá desistir da ação sem o consentimento do réu. E a desistência da ação pode ser requerida até a sentença, situação na qual o juiz não resolverá o mérito.

IV – O juiz resolverá o mérito quando acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; e quando acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.

V – Após a publicação da sentença, o juiz só poderá alterá-la para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexistências materiais ou erros de cálculo ou por meio de embargos de declaração.

Aponte o(s) item(ns) **CORRETO**(s):

- A) I, IV e V
- B) I, II, III, IV
- C) II, III, IV e V
- D) I, III e V
- E) I, II, III e V

**45.** Analise e julgue os itens abaixo:

I – No rito previsto na Lei n. 9.099/95, não poderão ser partes, no processo o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. Somente serão admitidas a proporção perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da LC n. 123/2006; as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei n. 9.790/99; e as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º, da Lei n. 10.194/2001.

II – É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

III – O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

IV – As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização. Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte. A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Apontes os itens **CORRETOS**.

- A) Todos os itens estão corretos
- B) I, II e IV
- C) I, III e IV
- D) II, III e IV
- E) I, II e III

**46.** Observa-se que o processo penal brasileiro sempre apresentou uma natureza inquisitória, em sua fase investigatória e processual. No entanto, o art. 3º da Lei n. 13.964/2019, apresenta, expressamente, que o

processo penal brasileiro terá natureza acusatória. O novo posicionamento consigna uma singular modificação ao fazer uma distinção das funções de acusar e julgar.

Julgue as alternativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A mera separação inicial das funções de acusar e julgar é absolutamente insuficiente para marcar adoção do sistema acusatório, pois de nada adianta se essa radical separação não se mantiver hígida até o final.
- B) A atuação do juiz de ofício, produzindo prova de ofício e até condenando de ofício, sem pedido das partes, não influencia na separação das fases.
- C) A reforma no código de processo penal apresentada no fragmento, contribuiu para a ruptura do modelo inquisitorial na fase processual.
- D) A mudança no processo penal não significou um avanço na tradição dos direitos fundamentais no processo penal.
- E) O descrédito normativo em uma sociedade de risco, não gera uma verdadeira desestabilização político-legislativa.

**47.** Neclyeux, advogado, procurou o Ministério Público e informou que estava de posse de informações e provas de uma organização criminosa que praticou diversos delitos. Em seguida, destacou o interesse em realizar uma colaboração premiada com a isenção penal total pelos fatos praticados. Prontamente, o acordo foi celebrado e o advogado apresentou documentação da Empresa X em falência, sendo que o mesmo fora contratado pela empresa. Foi observado que o advogado cometeu diversos crimes falimentares e o objetivo era desviar patrimônio da empresa. O advogado entregou documentos e gravações ao Ministério Público.

Agora, identifique a resposta **CORRETA**.

- A) O acordo não é válido, uma vez que o advogado concorre ao crime.
- B) O acordo não é válido, pois a aquisição de documentação foi realizada sob a égide de contrato de mandato e da relação de confiança com seus clientes.
- C) As provas obtidas são lícitas.
- D) O acordo de colaboração não pode ser anulado com o fundamento de desrespeito às normas legais e constitucionais.
- E) O dever de sigilo profissional não impede a delação premiada.

**48.** A Lei n. 13.964/2019, que aperfeiçoou a legislação penal e processual penal, denominada de Lei Anticrime, implementou uma séria de mudanças com o fim de coibir a prática de crimes desta natureza e tornar mais dinâmico e eficiente o processamento desses tipos penais. Neste sentido, informa corretamente a lei que, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

- A) Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.
- B) Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo magistrado como instrumentos, produto ou

proveito do crime.

- C) Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo magistrado, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.
- D) Prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo ministério público, na forma da lei.
- E) Pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos da lei que especifica, a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo ministério público, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.
- 49.** Acerca dos efeitos penais da sentença condenatória, marque a assertiva **CORRETA**.
- A) Os efeitos genéricos são automáticos, tornando certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- B) A perda em favor da união, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé é considerado um efeito específico.
- C) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo ocorre quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo inferior a 4 (quatro) anos nos demais casos.
- D) Os efeitos específicos aplicam-se automaticamente, dispensando a manifestação do juiz na sentença penal condenatória.
- E) A incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado é um efeito genérico da sentença penal.

- 50.** Sobre os princípios gerais e constitucionais do processo penal, assinale a assertiva que apresenta uma **CORRETA** correspondência com a norma.

- A) Contraditório e ampla defesa: ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- B) Devido processo legal: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- C) Juiz natural: ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, bem como não haverá júízo ou tribunal de exceção.
- D) Presunção de culpabilidade: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- E) Presunção de inocência: todos os julgamentos dos órgãos do poder judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

## DA ETAPA DE QUESTÕES DISCURSIVAS

O(A) candidato(a) deverá levar em consideração na elaboração das respostas às questões discursivas, além de outros critérios definidos em edital, as seguintes observações:

- compreensão/conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta;
- argumentação apropriada relevante e suficiente em relação à questão proposta;
- fundamentação legal da resposta;
- coesão textual e encadeamento de ideias;
- correção gramatical.

As folhas **11** e **12** deste caderno, são destinadas apenas a rascunho das respostas às questões discursivas, não tendo valor para avaliação, a qual será feita nas folhas de resposta definitivas, que serão entregues a cada candidato(a) em sala de prova e que deverão ser **devolvidas** juntamente com o cartão de respostas ao fiscal de sala.



